



FUNDAÇÃO
BENJAMIM DIAS COSTA

ANEXO
ANO 2017

ÍNDICE

1	IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	3
2	REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	4
3	POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	4
4	POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	6
5	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	6
6	ATIVOS INTANGÍVEIS	8
7	INVESTIMENTOS FINANCEIROS.....	9
8	LOCAÇÕES	10
9	CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	10
10	INVENTÁRIOS	10
11	RÉDITO	10
12	PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES	11
13	SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADE PÚBLICAS	11
14	BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	12
15	DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS	13
16	OUTRAS DIVULGAÇÕES/ INFORMAÇÕES	13
17	ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	20

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Fundação Benjamim Dias Costa, com registo fiscal (NIF) 500867852, é uma IPSS sediada na Casa do Freixieiro, sita na Rua da Nestlé, n.º 45, 3860-071 AVANCA, concelho de Estarreja, que exerce a sua atividade na área de Infância e Juventude, mais concretamente nas valências Creche, Pré-escolar e cATL, beneficiando mais de duzentos utentes.

Instituída por Adelino Dias Costa (Comendador da Ordem de Mérito em 24/06/1946) e sua esposa, D. Assunção Leite, a Fundação Benjamim Dias Costa foi reconhecida por despacho do Ministro da Saúde e Assistência de 11 de dezembro de 1967, ano em que os seus estatutos foram aprovados e publicados no Diário do Governo (30/12/1967).

É uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) registada a título definitivo na Direção Geral da Segurança Social desde 13/02/1984, no livro n.º 2, sob o n.º 9/84, a fls. 37 e 37 verso, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do Registo das Instituições de Solidariedade Social, aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro e possui, por essa via, estatuto de Utilidade Pública.

Os seus estatutos foram revistos e publicados em Diário da República em 24 de dezembro de 1983 e novamente revistos e aprovados por despacho do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares em 23/10/2014. Os novos estatutos foram publicados e registados definitivamente pela Direção Geral da Segurança Social pelo averbamento n.º 1 à inscrição n.º 9/84, a fls. 37/37 verso no Livro n.º 2 das Fundações de Solidariedade Social.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 2017, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Base para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Entidade e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos legalmente.

3 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Foram respeitados e seguidos os seguintes princípios:

3.1.1 CONTINUIDADE

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este

pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 REGIME DO ACRÉSCIMO (PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e Credores por Acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 COMPENSAÇÃO

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.1.7 POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

As bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras serão especificadas nos parágrafos seguintes item a item.

4 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizada, correspondem aos períodos de vida útil estimada. A entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros Rendimentos Operacionais” ou “Outros Gastos Operacionais”.

5.1 BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO

(Não aplicável)

5.2 BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL

(Não aplicável)

5.3 OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo em 01-01-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Revalorização	Saldo em 31-12-2016
Custo						
Terrenos e Recursos Naturais	121 650,00					121 650,00
Edifícios e Outras Construções	1 422 819,54					1 422 819,54
Equipamento Básico	161 057,49		498,15			160 559,34
Equipamento de Transporte	113 226,62					113 226,62
Equipamento Biológico						0,00
Equipamento Administrativo	43 224,99					43 224,99
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2 834,92	8 196,99	1 549,80			9 482,11
Total	1 864 813,56	8 196,99	2 047,95	0,00	0,00	1 870 962,60
Depreciações Acumuladas						
Terrenos e Recursos Naturais	0,00					0,00
Edifícios e Outras Construções	511 730,42	30 413,33				542 143,75
Equipamento Básico	140 946,30	8 447,40	528,54	-5 578,37		154 443,53
Equipamento de Transporte	113 226,62					113 226,62
Equipamento Biológico						0,00
Equipamento Administrativo	41 918,18	490,05				42 408,23
Outros Ativos Fixos Tangíveis	7 900,19	204,78		5 576,38		2 528,59
Total	815 721,71	39 555,56	528,54	-1,99	0,00	854 750,72

Descrição	Saldo em 01-01-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Imparidades/ Reversões	Revalorização	Saldo em 31-12-2017
Custo						
Terrenos e Recursos Naturais	121 650,00					121 650,00
Edifícios e Outras Construções	1 422 819,54					1 422 819,54
Equipamento Básico	160 559,34	315,89				160 875,23
Equipamento de Transporte	113 226,62					113 226,62
Equipamento Biológico	0,00					0,00
Equipamento Administrativo	43 224,99	1 539,10				44 764,09
Outros Ativos Fixos Tangíveis	9 482,11					9 482,11
Total	1 870 962,60	1 854,99	0,00	0,00	0,00	1 872 817,59
Depreciações Acumuladas						
Terrenos e Recursos Naturais	0,00					0,00
Edifícios e Outras Construções	542 143,75	30 413,33				572 557,08
Equipamento Básico	154 443,53	5 714,46				160 157,99
Equipamento de Transporte	113 226,62					113 226,62
Equipamento Biológico	0,00					0,00
Equipamento Administrativo	42 408,23	816,76				43 224,99
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2 528,59	2 131,24				4 659,83
Total	854 750,72	39 075,79	0,00	0,00	0,00	893 826,51

5.4 INVESTIMENTOS EM CURSO

(Não aplicáv

5.5 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

(Não aplicável)

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Descrição	31-12-2016		Total
	Programas de Computador	Ativos Intangíveis em Curso	
Totais Ativos Intangíveis			
Valor Bruto Total no fim do período	1 098,64		1 098,64
Amortizações Acumuladas no fim do período	457,77		457,77
Valor Bruto no Início do período	1 098,64		1 098,64
Amortizações Acumuladas no Início do período	91,56		91,56
Variações do Período	-366,21		-366,21
Amortizações do período	366,21		366,21
Saldo no final do período	640,87	0,00	640,87

Descrição	31-12-2017		Total
	Programas de Computador	Ativos Intangíveis em Curso	
Totais Ativos Intangíveis			
Valor Bruto Total no fim do período	1 098,64		1 098,64
Amortizações Acumuladas no fim do período	823,95		823,95
Valor Bruto no Início do período	1 098,64		1 098,64
Amortizações Acumuladas no Início do período	457,77		457,77
Variações do Período	-366,18		-366,18
Amortizações do período	366,18		366,18
Saldo no final do período	274,69	0,00	274,69

7 INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros tanto ativos como passivos são contabilizados ao custo contratado.

Descrição	Situação em 31/12/2017			Situação em 31/12/2016		
	Ativos e passivos financeiros	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Ativos e passivos financeiros	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Investimentos em Subsidiárias						
Participação de Capital - CCAM Estarreja	1 000,00		1 000,00	1 000,00		1 000,00
Outros Investimentos Financeiros						
Fundo Compensação do Trabalho	2 080,27		2 080,27	1 022,87	0,00	1 022,87
Total	3 080,27	0,00	3 080,27	2 022,87	0,00	2 022,87

8 LOCAÇÕES

(Não aplicável)

9 CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

10 INVENTÁRIOS

Os Inventários que a Entidade detém, destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades e serviços presentes e futuros que lhes estão associados e estão mensurados pelo custo de aquisição.

Para os anos de 2016 e 2017 os valores dos “Inventários” e do “Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas” foram os seguintes:

Descrição	Inventário 01-01-2016	Compras 2016	Inventário 31-12-2016	Compras 2017	Inventário 31-12-2017
Mercadorias			4 702,50	577,00	2 233,35
Matérias-primas, subsidiárias e de Consumo	738,61	46 342,86	624,08	43 621,46	898,76
Produtos Acabados					
Produtos e trabalhos em curso					
...					
Total	738,61	46 342,86	5 326,58	44 198,46	3 132,11
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas		46 457,39		46 392,93	

11 RÉDITO

O rédito é reconhecido no momento da prestação e pelo seu contravalor.

Para os períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	2 930,48	0,00
Prestação de Serviços	301 558,81	280 958,96
Matrículas e Mensalidades	301 558,81	280 958,96
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	532 234,84	424 096,96
Subsídios do Estado	461 309,48	365 953,08
Donativos	70 925,36	58 143,88
Juros	0,00	9,08
Outros Rendimentos e Ganhos	30 795,22	24 184,07
Total	867 519,35	729 249,07

O aumento desta rubrica em 2017 representa a alteração da mensuração e reconhecimento dos “Donativos” a partir de 01 de janeiro de 2017, pois entende-se que este tipo de Rébito cabe na definição de Doações.

Até 2016, os “Donativos” foram mensurados e reconhecidos na Rubrica “*Outros Rendimentos e Ganhos*”.

12 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

(Não aplicável)

13 SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADE PÚBLICAS

A entidade auferiu subsídios do governo ao investimento e à exploração.

Os subsídios ao investimento foram recebidos a fundo perdido e de acordo com as normas da NCRF- ESNL foram contabilizados em fundos patrimoniais sendo reconhecidos em proveitos numa base sistemática correspondente às depreciações dos bens do Ativo Fixo Tangível subsidiados.

Os subsídios à exploração são diretamente lançados em resultados à medida que são recebidos. Existem três tipos:

- Subsídios contratualizados no âmbito de Acordos de Cooperação com o Instituto de Segurança Social para apoio às respostas sociais Creche, Pré-Escolar e ATL;

- Subsídio contratualizado no âmbito de acordos com o Instituto de Segurança Social para o desenvolvimento do RLIS - Rede Local de Intervenção Social (Programa POISE);
- Subsídios de acordos com IEFP para estágios profissionais e Emprego Inserção.

Foram os seguintes os valores globais recebidos em 2016 e 2017:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado		
Subsídio à Exploração - Centro Regional Segurança Social	454 146,04	359 936,90
Acordos de Cooperação	347 510,69	341 241,28
Programa POISE - RLIS	106 635,35	18 695,62
Subsídio à Exploração - IEFP	5 217,44	3 626,18
Subsídio à Exploração - Autarquia Local	1 946,00	2 390,00
Total	461 309,48	365 953,08

14 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os Órgãos Sociais da Fundação são o Conselho de Administração, composto por 7 elementos e o Conselho Fiscal, composto por 5 elementos.

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Presidente	Manuel Avenilde Rodrigues Valente	NIF 151856001
Vice-Presidente	Jose António de Matos Silva e Costa	NIF 170994511
Secretario	Maria Jose Valente Fernandes Rodrigues	NIF 139476121
Tesoureiro	Maria da Conceição Dos Santos Bastos	NIF 171828780
Vogal	Belmiro Daniel Pinto da Silva	NIF 227207114
Vogal	Maria Carolina da Silva Valente	NIF 172270111
Vogal	Jose Maria Marques Laranjeira	NIF 137419660

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL	
Maria da Assunção Carvalho Dias Costa	NIF 172026512
Ângelo da Costa Carvalho	NIF 107365383
Sofia da Silva Valente	NIF 195164385
Maria Lúcia Carvalho Dias Costa	NIF 172026490
Jose Henriques Da Silva	NIF 152147489

Os membros dos Órgãos Sociais não usufruem de qualquer tipo de remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da entidade em 2017 foi de 50. Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações dos Órgãos Sociais		
Remunerações do Pessoal	499 386,81	392 168,12
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre Remunerações	107 929,25	84 255,62
Seguros de Acidentes de Trabalho	2 165,93	
Gastos da Ação Social		
Outros Gastos com o Pessoal	100,00	3 506,40
Total	609 581,99	479 930,14

O aumento de Gastos com o Pessoal em 2017 deve-se essencialmente às atualizações das tabelas salariais.

15 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

16 OUTRAS DIVULGAÇÕES/ INFORMAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

16.1 FUNDADORES/BENEMÉRITOS/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOCIADOS/MEMBROS

(Não aplicável)

16.2 CLIENTES E UTENTES

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registradas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registradas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

A rubrica “Clientes e Utentes” tinha nos anos de 2016 e 2017 os saldos descritos no quadro seguinte:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes C/C		
Clientes		
Utentes	6 756,25	5 894,85
Clientes e Utentes - Incobráveis		
Clientes - Incobráveis		
Utentes - Incobráveis	(2 959,90)	(1 293,21)
Total	3 796,35	4 601,64

16.3 DIFERIMENTOS

A rubrica “Diferimentos” teve nos anos 2016 e 2017 os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
Gastos a Reconhecer	38 750,30	8 006,65
Total	38 750,30	8 006,65
Rendimentos a Reconhecer		
Rendimentos a Reconhecer	1 138,00	54 439,44
Total	1 138,00	54 439,44

16.4 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período. Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

16.5 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A rubrica “*Caixa e Depósitos Bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de dezembro de 2016 e 2017 encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Caixa	61 640,02	3 168,50
Depósitos à Ordem	8 070,05	73 135,06
Depósitos a Prazo		
Outros		
Total	69 710,07	123 209,35

16.6 FUNDOS PATRIMONIAIS

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações incluídas na rubrica “*Outras Variações do Fundo Patrimonial*” e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-01-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2017
Fundos	130 129,05			130 129,05
Excedentes Técnicos				0,00
Reservas				0,00
Resultados Transitados	265 614,72	34 068,22	-89,40	299 593,54
Excedentes de Revalorização				0,00
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	583 888,49		-20 164,05	563 724,44
Total	979 632,26	34 068,22	-20 253,45	993 447,03

16.7 FORNECEDORES

As dívidas registadas em “Fornecedores” e são contabilizadas pelo seu valor nominal.

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores C/C	4 492,28	2 974,49
Fornecedores Títulos a Pagar	-	-
Fornecedores Faturas em Receção e Conferência	-	-
Total	4 492,28	2 974,49

16.8 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto, o n.º 3 do referido artigo menciona:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5 083,39	2 831,29
Outros Impostos e Taxas		
Total	5 083,39	2 831,29

Descrição	2017	2016
Passivo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)	62,50	125,00
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRS)	7 170,50	4 371,80
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	975,51	
Contribuições para a Segurança Social	24 102,44	19 056,46
Outros Impostos e Taxas - FCT/FGCT	97,00	547,99
Total	32 407,95	24 101,25

16.9 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Financiamentos Obtidos de Conta Cauçionada, explicitados no quadro seguinte:

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários			0,00			0,00
Loações Financeiras			0,00			0,00
Contas Cauçionadas	15 000,00		15 000,00			0,00
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>			0,00			0,00
Contas Bancárias de Letras Descontadas			0,00			0,00
Descobertos Bancários Contratados			0,00			0,00
Out. Empréstimos - Depósitos Ordem			0,00			0,00
Total	15 000,00	0,00	15 000,00	0,00	0,00	0,00

16.10 OUTRAS CONTAS A PAGAR

As dívidas registadas em “*Outras Contas a Pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal. A rubrica desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos				2 891,49
Pessoal		87 154,25		71 951,83
Credores por Acréscimo de Gastos		774,91		1 506,69
Outros Credores				
Total	0,00	87 929,16	0,00	76 350,01

16.11 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2017 foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	7 099,00	
Serviços Especializados	42 202,07	45 832,93
Materiais	13 012,36	9 941,28
Energia e Fluidos	30 100,68	27 350,55
Deslocações, Estadas e Transportes	573,03	7 098,90
Serviços Diversos	56 839,65	33 549,69
Total	149 826,79	123 773,35

16.12 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares		
Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	158,42	164,00
Recuperação de Dívidas a Receber		
Ganhos em Inventários		
Rendimentos e Ganhos em Sub., Assoc. e Emp. Conj		
Rendimentos e Ganhos nos Restantes Ativos Finan.		
Outros Rendimentos e Ganhos	6 274,40	7 150,72
Imputação de Subsídios aos Investimento	20 164,05	16 869,35
Correções Fav. Ex. Anteriores	4 198,35	
Total	30 795,22	24 184,07

A partir de 01 de janeiro de 2017 houve alteração da mensuração e reconhecimento dos “Donativos” deixando de figurar na Rubrica “Outros Rendimentos e Ganhos”.

16.13 OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica de “Outros Gastos e Perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	1 936,70	
Descontos de Pronto Pagamento Concedidos	185,60	
Dívidas Incobráveis	2 959,90	3 743,50

Perdas em Inventários		
Gastos e Perdas em Sub. , Assoc. e Emp. Conj.		
Gastos e Perdas nos Restantes Ativos Finan.		
Gastos e Perdas em Investimentos não Finan.		
Outros Gastos e Perdas	949,95	1 357,75
Quotizações	300,00	300,00
Taxas	181,44	208,17
Total	6 513,59	5 609,42

16.14 RESULTADOS FINANCEIROS

Nos períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e Gastos Similares Suportados		
Juros Suportados	34,29	1 969,91
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis		
Operações Realizadas Inst. Crédito		
Total	34,29	1 969,91
Juros e Rendimentos Similares Obtidos		
Juros Obtidos		9,08
Dividendos Obtidos		
Outros Rendimentos Similares		
Total	0,00	9,08
RESULTADOS FINANCEIROS	-34,29	-1 960,83

17 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2018.

FUNDAÇÃO BENJAMIM DIAS COSTA

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Montantes expressos em EUROS

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis		978 991,08	1 016 211,88
Ativos Intangíveis		274,69	640,87
Investimentos Financeiros		3 080,27	2 022,87
Investimentos em Curso		47 323,95	10 148,73
Total do Ativo Não Corrente		1 029 669,99	1 029 024,35
Ativo Corrente			
Inventários		3 132,11	624,08
Clientes e Utentes		6 756,25	5 894,85
Estado e Outros Entes Públicos		5 083,39	2 831,29
Outras Contas a Receber			1 257,66
Diferimentos		38 750,30	8 006,65
Caixa e Depósitos Bancários		69 710,07	123 209,35
Total do Ativo Corrente		123 432,12	141 823,88
Total do Ativo		1 153 102,11	1 170 848,23
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos		130 129,05	130 129,05
Resultado Transitados		299 593,54	265 614,72
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais		563 724,44	583 888,49
Resultado Líquido do Período		15 727,79	31 587,11
Total dos Fundos Patrimoniais		1 009 174,82	1 011 219,37
PASSIVO			
Passivo Corrente			
Fornecedores		4 492,28	2 974,49
Pessoal			470,46
Clientes e Utentes		2 959,90	1 293,21
Estado e Outros entes Públicos		32 407,95	24 101,25
Financiamento Obtidos		15 000,00	
Outras Contas a Pagar		87 929,16	76 350,01
Diferimentos		1 138,00	54 439,44
Total do Passivo Corrente		143 927,29	159 628,86
Total do Passivo		143 927,29	159 628,86
Total dos Fundos Patrimoniais e Passivo		1 153 102,11	1 170 848,23

FUNDAÇÃO BENJAMIM DIAS COSTA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017

(Montantes expressos em euros)

	2017	2016	2015
	31-dez-17	31-dez-16	31-dez-15
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas	2 930,48		
Prestação de Serviço	301 558,81	280 958,96	251 636,68
Subsídios à exploração	461 309,48	365 953,08	358 046,98
Donativos	70 925,36		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(46 362,93)	(46 457,39)	(45 907,47)
Fornecimentos e serviços externos	(149 826,79)	(123 773,35)	(134 618,37)
Gastos com o pessoal	(609 581,99)	(479 930,14)	(474 463,48)
Outros rendimentos e ganhos	30 795,22	82 327,95	70 907,08
Outros gastos e perdas	(6 513,59)	(5 609,42)	(2 310,99)
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	55 234,05	73 469,69	23 290,43
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(39 441,97)	(39 921,75)	(47 610,19)
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	15 792,08	33 547,94	(24 319,76)
Juros e rendimentos similares obtidos		9,08	93,33
Gastos e Perdas de Financiamento	(34,29)	(1 969,91)	(1 816,23)
Resultado Antes de Impostos	15 757,79	31 587,11	(26 042,66)
Imposto sobre o Rendimento do Período		-	-
Resultado Líquido do Período	15 757,79	31 587,11	(26 042,66)

Ata n.º 38

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em consequência da reunião havida aos 28 de Março de 2018 e em obediência ao disposto no Estatutos da Fundação Benjamim Dias Costa, vem o Conselho Fiscal apresentar o relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, as contas e proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração, em relação ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

Assim, procedemos:

1. À verificação da observância da lei e do cumprimento dos Estatutos da Instituição;
2. À verificação, com a profundidade e extensão consideradas adequadas, dos documentos, registos e livros de escrituração;
3. À verificação do Balanço, Demonstração de Resultados e do respectivo Anexo;
4. À apreciação do Relatório de Actividades apresentado pelo Conselho de Administração;
5. À verificação da aplicação dos resultados de 2016.

A acção fiscalizadora permitiu concluir que a Contabilidade, as Contas e o Relatório satisfazem as disposições legais e estatutárias e reflectem a actividade desenvolvida e a situação patrimonial da Fundação Benjamim Dias Costa.

Verifica-se que as acções planeadas para o ano de 2017 foram concluídas; que se verifica coerência na circulação de saldos de fornecedores e outros devedores e credores; que estão ordenadas as reconciliações bancárias e confirmação de saldos do banco registado na contabilidade; que foi elaborado trabalho de acompanhamento às dívidas de utentes em participações familiares de modo manter uma taxa de cumprimento aceitável; que estão em ordem as rubricas respeitantes ao sector público administrativo, nomeadamente as responsabilidades

para com a Autoridade Tributária e a Segurança Social; que foi respeitado o diferimento das despesas a pagar em 2018 referentes ao exercício de 2017; que existe correção nos valores registados em participações e subsídios à exploração; que o método de cálculo das amortizações está conforme à regulamentação aplicável, que estão justificados os custos e proveitos extraordinários no anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados.

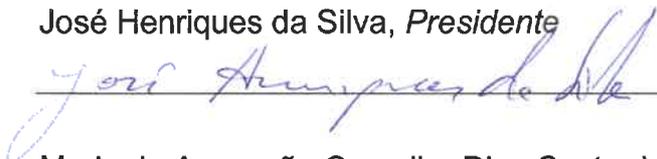
Face ao exposto, somos de parecer que:

1. Se aprove o Relatório de Actividades e Contas do exercício de 2017 apresentado ao Conselho Fiscal;
2. Se aprove a proposta de Aplicação dos Resultados Líquidos de 15'727.79€ (quinze mil setecentos e vinte e sete euros e setenta e nove cêntimos) em Resultados Transitados.

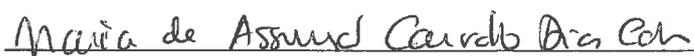
Avanca, 28 de março de 2018

O Conselho Fiscal

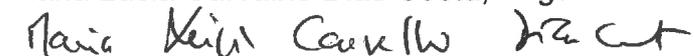
José Henriques da Silva, *Presidente*



Maria da Assunção Carvalho Dias Costa, *Vogal*



Maria Lúcia Carvalho Dias Costa, *Vogal*



Ângelo da Costa Carvalho, *Vogal*



Sofia da Silva Valente, *Vogal*





Ata n.º 585

Pelas dezassete horas e trinta minutos do dia vinte e nove de março de dois mil e dezoito reuniu na sala nobre da Fundação Benjamim Dias Costa o seu Conselho de Administração com as seguintes presenças: Srs. Engenheiros Manuel Avenilde Rodrigues Valente e José António Matos Silva Costa, Dr.ªs Maria José Valente Fernandes Rodrigues, Maria da Conceição Santos Bastos, Maria Carolina da Silva Valente, Sr. José Maria Marques Laranjeira e Engenheiro Belmiro Daniel Pinto da Silva. -----

Conta de Gerência 2017: -----

Confirmados os esclarecimentos solicitados e já de posse do parecer do Conselho Fiscal, o Conselho de Administração aprovou por unanimidade a Conta de Gerência de 2017, que apresenta um saldo positivo, no valor de 15.727,79€ (quinze mil, setecentos e vinte e sete euros e setenta e nove cêntimos). O mesmo Conselho decidiu que este saldo seja transferido para a conta "Resultados Transitados". -----

----- E mais nada se tratou nesta reunião, pelo que, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim, Manuel Avenilde Rodrigues Valente,

Secretária do Conselho de Administração e restantes elementos diretivos presentes. -----

Manuel Avenilde Rodrigues Valente
2.ª Senhora CA
Maria da Conceição dos Santos Bastos

Maria Carolina da Silva Valente
José António Matos Silva Costa
BELMIRO DANIEL PINTO DA SILVA